

REPROVAÇÃO NÃO É A SOLUÇÃO!

Nerci Maria Rezende Carvalho¹

Rosemeri Bick Diniz²

RESUMO

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre o processo de avaliação escolar e em especial sobre o alto índice de reprovação dos alunos. Verificamos que as políticas públicas, implementadas pelo governo no sentido de melhorar estes índices, ainda não estão sendo satisfatórias. Há necessidade de repensar a avaliação, de oferecer uma outra perspectiva aos professores a respeito do olhar sobre a aprendizagem e conseqüentemente sobre a reprovação. Além de um estranhamento dos profissionais da educação a respeito de um possível fim da reprovação.

Palavras-chave: educação, avaliação, concepção, diagnóstico, reprovação e reflexão.

ABSTRACT

The article presents some thoughts on the process of evaluating school and in particular about the high number of disapproval students. We note that public policies implemented by the government to improve these rate are not yet satisfactory. We need to rethink the politics of education, to offer another perspective to teachers about the look on learning and consequently on the disapproval. In addition to an estrangement of education professionals regarding a possible order of disapproval.

Keywords: education, evaluation, design, diagnosis, disapproval and reflection.

1. Licenciada em Pedagogia, Especialista em Docência do Ensino Superior; Gestão Escolar e em Coordenação do Trabalho Pedagógico, Professora de Graduação e Pós Graduação do Instituto Tocantinense de Educação Superior e Pesquisa Faculdade- ITOP em Palmas-TO.

2. Licenciada em Pedagogia, Especialista em Coordenação do Trabalho Pedagógico, Mestre em Educação e Professora da Universidade Federal do Tocantins- UFT.

Introdução

Sempre é bem vinda uma parada para se pensar sobre a avaliação. Avaliamos todos os dias. Sejam as nossas ações, as dos colegas de trabalho ou as ações dos membros e entidades da nossa sociedade. E para quem o cotidiano é a escola, esta prática se repete diariamente, porém de uma forma diferente. Avaliamos com o compromisso de dimensionar o processo de aprendizagem do aluno. Seguimos com o processo de aprendizagem através do desenvolvimento de conteúdos quando o aluno aprende; mas o que acontece quando não há aprendizado? Avançamos com o conteúdo ou paramos para verificar as questões que envolvem esta falta de compreensão do conhecimento?

Este estudo tem como pretensão mostrar que a reprovação não é uma aliada do processo de aprendizagem por provocar baixa-estima no aluno e não levar o profissional da educação à uma reflexão que possa desenvolver atitudes positivas diante desta situação. A metodologia empregada deu-se através de pesquisa bibliográfica e trabalho de campo, onde foram observadas as práticas avaliativas e a uso do resultado das mesmas. Ele se justifica em função do alto índice de reprovação constatado na escola campo. O projeto a seguir baseou-se em abordagens qualitativas de pesquisa etnográfica e estudo de caso.

Antes de tratarmos da avaliação, faremos uma breve viagem no tempo para compreender um pouco os meandros da educação.

As mudanças na educação.

Na segunda metade do século XIX surgem as primeiras discussões no Brasil a respeito da necessidade da criação de escolas para todos. Até então, somente a elite colonial era privilegiada. Porém, ao contrário do que muitos ainda acreditam, esta idéia somente veio tomar

forma no século XX quando ela é vista como uma estratégia de desenvolvimento do país, logo a educação passa a ser discutida como um direito efetivo do povo brasileiro.

Apesar, das reivindicações e do trabalho de muitos profissionais da educação, segundo a Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas-UNESCO (2000), chegamos ao final do século XX com um índice vergonhoso de 18 milhões de analfabetos no Brasil e 875 milhões no planeta. Estes números alardearam o mundo e fizeram com que os debates passassem a incluir educação como um dos focos de intervenção no que tange a políticas públicas sociais e desenvolvimentistas.

No Brasil, segundo Soares (2007), após a política de transferência da responsabilidade de Ensino Fundamental da esfera Federal e Estadual para os Municípios, as matrículas nas escolas municipais aumentaram de 14,1 milhões em 1995 para 23,2 milhões em 2005. Em setembro de 2007 os números divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; apontam que de 1996 a 2006, a taxa oficial de analfabetismo no Brasil, entre maiores de dez anos, caiu de 13,7% para 9,6%, dados que ainda mantém o país no penúltimo lugar no ranking de alfabetização da América do Sul.

Durante este período várias ações foram implementadas, entre elas temos o processo de descentralização e democratização das escolas, como meio de facilitar a transparência e aplicação das verbas públicas para este setor, além da ampliação do número de vagas nas instituições para atingir um maior percentual de alunos, são estas algumas medidas mais marcantes destas reformas.

Estas mudanças foram surgindo em consequência da nova ordem econômica mundial e isso tem refletido diretamente na educação, contribuindo para a construção de um novo olhar para a educação pública. Organismos nacionais e internacionais passaram a acompanhar de perto as instituições públicas de ensino no que

diz respeito à verificação da qualidade do ensino oferecido aos filhos dos trabalhadores deste país.

As políticas governamentais passaram a solicitar, ou até mesmo exigir, uma autonomia das escolas; numa tentativa de deixar os problemas educacionais de séculos serem vistos como um problema de gestão e até de ausência da comunidade em assumir certas responsabilidades para com a escola. Por fim, o governo em parceria com órgãos não governamentais, mas em sua maioria financiados por organismos internacionais, passaram a buscar mecanismos para avaliar a educação brasileira.

O Governo Federal, através do Ministério da Educação e Cultura - MEC; cria o Sistema de Avaliação da Educação Básica -SAEB-, e inicia então um sistema de avaliação na busca de indicadores da qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras. A partir da implantação de instrumentos de avaliação, estes aos poucos vão sendo aplicados como forma de verificar a qualidade e o nível de aprendizagem dos alunos. Os governantes e a opinião pública passam a cobrar dos gestores mudanças no quadro educacional brasileiro e a avaliação então é vista como um termômetro, “medidor” das práticas educativas realizadas pela escola.

Um dos maiores problemas desta forma de avaliação é a falta de continuidade do processo avaliativo. Na maioria das vezes as escolas não recebem informações adequadas, ou chegam e não são compreendidas; os mecanismos pouco contribuem para que ocorram mudanças nas escolas e às vezes provoca uma reação negativa, como a baixa estima dos membros das escolas. As instituições com baixo desempenho são cobradas e vistas como se toda a responsabilidade pelo resultado pudesse ser atribuído aos gestores, professores, alunos, funcionários e pais, isentando, desta maneira, o Estado de suas responsabilidades no campo educacional.

Neste contexto, um dos grandes aliados é o Projeto Político Pedagógico-PPP das escolas. Quando construído democraticamente e de forma conjunta entre todos os envolvidos com

a educação, ele fornece os rumos educacionais desejados pela comunidade escolar, possibilitando assim, o desenvolvimento de ações voltadas a erradicação da reprovação no interior da escola.

Não podemos fingir que estamos cumprindo o nosso papel de gestores e educadores se não estivermos atentos aos aspectos que influenciam de forma positiva ou negativa o desenvolvimento do educando. Esta postura representa uma forma de compromisso do educador com o aluno.

Isso começa com uma atenção especial dada ao ambiente físico da escola, que amplia ou não o acesso e a permanência dos alunos. Será preciso também desenvolver a prática de compartilhar as ações da gestão, criar ambiente de formação dos educadores e proporcionar a eles condições de trabalho adequado, além de ampliar a participação da comunidade escolar de forma a construir um ambiente educativo.

Sociedade e escola

Sabemos que a sociedade é composta por pessoas com origens, valores e credos diversos. Bem como, que existe uma visível desigualdade de oportunidades que acabam sendo reforçadas por práticas ou concepções historicamente mantidas dentro do cotidiano escolar.

A escola deve estar atenta à sua dinâmica para não perpetuar erros seculares. Ela deve trabalhar dentro da lógica que consiste em auxiliar no processo de inclusão social na medida em que adota uma postura democrática e crítica, comprometida com a mudança do cenário atual rumo a um novo modelo de sociedade. Nesta nova escola um parceiro que deve assumir o papel de linha de frente é o Conselho Escolar. O Caderno 02: Conselho Escolar e a Aprendizagem na Escola faz referência ao papel do Conselho e de sua importância propagar a seguinte afirmação:

Por isso, é indispensável que todos os que integram a escola,

em especial o Conselho Escolar, permaneçam atentos e vigilantes, para evitar que a escola contribua para reforçar as condições e práticas que ajudam a manter a injustiça e as desigualdades sociais (GRACINDO, 2004, p. 26).

Neste sentido, o Conselho Escolar deve ser guardião e fiscalizador das propostas do PPP de forma a contribuir e assegurar que o direito a educação com qualidade alcance todos os alunos, garantindo assim, a autonomia do Conselho estabelecida pela LDB, conforme seu artigo 14.

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas particularidades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em Conselhos escolares ou equivalentes.

Uma das preocupações do Conselho deve ser acompanhar as ações da escola de modo a verificar se é considerado o conhecimento que o aluno traz quando inicia sua vida escolar. A cultura da comunidade do aluno deve ser uma aliada ou uma ponte entre ele e os conhecimentos históricos que a escola trabalha. A escola precisa saber usar a vivência do aluno em sociedade e a partir dela aprofundar o processo de ensino. Ao negar ou contestar os valores, os costumes e as crenças do cotidiano do aluno ela vai perder o educando e assim contribuir na manutenção desta ordem perversa de exclusão que existe hoje. Celso Vasconcelos (2000, p. 73) nos diz que “Construir uma educação emancipadora e inclusiva, é instituir continuamente novas relações educativas numa sociedade contraditória e excludente”. Este processo de inovação não é fácil, mas precisa ser implementado.

É justamente neste ponto que o Conselho

Escolar precisa trabalhar no sentido de garantir que uma nova escola, construída socialmente, venha a ter como prática cotidiana ações desenvolvidas dentro de uma nova pedagogia baseada no respeito e na inclusão dos diferentes. A começar por trabalhar com uma avaliação diagnóstica que prime pela prática do diálogo com intuito de superar velhos paradigmas da educação inclusiva.

Para garantir que este processo ocorra, temos o Plano Nacional de Educação- PNE, seguindo o princípio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB e da Constituição Federal de 1988 ele vem assegurar que todas as instituições elaborem de forma democrática o seu PPP, ou seja, o documento que propõe um caminho a ser seguido pela escola deve ser construído de forma coletiva e, portanto, as escolas precisam ter em seu seio organizações democráticas como: Associação, Conselhos, Grêmios e uma política de fortalecimento da democracia. Caso contrário a comunidade não participa e nem respalda as ações das escolas.

Quando a escola opta por se fechar às inovações, todos perdem, porém os mais prejudicados são os alunos. É sobre isto que Maria Tereza Esteban nos chama à atenção:

A inexistência de um processo escolar que possa atender às necessidades e particularidades das classes populares, permitindo que as múltiplas vozes sejam explicitadas e incorporadas, é um dos fatores que fazem com que um grande potencial humano seja desperdiçado (ESTEBAN, 2000, p. 37).

Sobre esta colocação poderíamos nos perguntar quantas pessoas acabaram por abandonar a escola após anos e anos de reprovação? Será que elas não tinham condições de aprender o conteúdo trabalhado em sala? Ou será que foram as práticas equivocadas de avaliar

que não permitiram à escola diagnosticar e intervir para sanar as dificuldades destes alunos, forçando-os a acreditarem que eles não tinham condições de aprender? Conforme veremos a seguir a avaliação pode ser a salvação ou uma das causas do fracasso escolar.

As Práticas de Avaliação

A existência de diversos tipos de avaliação, em decorrência de pressupostos metodológicos ou epistemológicos no leva a uma grande variedade de modelos em avaliação educacional. Hoje, a avaliação dialógica apresenta-se como uma das mais difundidas e utilizadas nas escolas por contrapor com a avaliação bancária, cultuada por séculos no Brasil e presente até os dias de hoje.

Na educação bancária não há necessidade do aluno refazer o itinerário de descobertas. O professor, com seu plano de curso e de aula, previamente elaborado, apresenta todas as 'verdades' e o aluno só precisa seguir. Paulo Freire nos descreve muito bem como se dá este processo:

Em lugar de comunicar-se, o educador faz "comunicados" e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção "bancária" da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem depósitos, guardá-los e arquivá-los. (...).

Os alunos têm de se doar de uma consciência continente a receber permanentemente os depósitos que o mundo lhe faz, e que se vão transformando em conteúdos (FREIRE, 1985, p. 66-71).

Como toda concepção de educação desemboca em uma concepção de avaliação, a avaliação só tem uma única função: verificar

conhecimentos. Desconhece os procedimentos, instrumentos e estratégias utilizadas pelos alunos no processo de aprendizado. Não existe uma preocupação com o porquê de não se dar o conhecimento, ao contrário, o aluno deve expressar exatamente o que lhe foi "passado e arquivado" pelo professor durante as aulas.

Outra concepção que vem ganhando terreno no campo da educação, mas que ainda não está sendo trabalhada com profundidade nas escolas é a concepção de escola cidadã. Sua função é de trabalhar para que o conhecimento seja um processo de descoberta coletiva, mediada pelo diálogo entre os envolvidos.

Assim, a avaliação deixa de ser processo de cobrança para ser mais um momento de aprendizado. Com ela aprende o aluno e o professor, pois permite uma reflexão sobre os acertos e os erros de todo o processo. Nesta lógica a avaliação não pode ser vista como um obstáculo ao avanço transformador onde o aluno se submete a ela para "passar" ou "ser reprovado". Assim, a reprovação tende a ser interpretada como uma derrota que impossibilita os avanços do que como um desafio que provoca as tentativas de superação.

Sob este ângulo, a reprovação passa a ser uma inimiga do crescimento do país e da construção de um novo modelo de educação e de sociedade. Se levarmos em conta que as pesquisas apontam um número expressivo de alunos com pouco conhecimento. E o que mais nos chama a atenção é o fato da escola ser vista por todos como uma alternativa de desenvolvimento da pessoa e da sociedade e ao mesmo tempo sabemos que na escola pública é onde existe o maior número de alunos reprovados e também é nela que ocorre o maior número de evasão. Ou seja, a escola que deveria servir para incluir os filhos dos trabalhadores, por meio das inúmeras práticas pedagógicas, dentre elas prioriza a avaliação classificatória com intuito de medir conhecimento, terminando assim por excluí-los. Pois ao perceberem que não estão sendo aprovados/classificados sentem que fracassaram e que a escola não é um lugar para eles. Assim, o

desanimam, ou abandonam a vida escolar.

A reprovação no cotidiano escolar

A reprovação é um dos temas de estudo de muitos teóricos preocupados com a existência desta prática ainda no terceiro milênio como no caso de Vasconcellos em seu livro *Superação da lógica classificatória e excludente da avaliação*, onde o autor nos coloca que manter o aluno mais anos na escola, além de não garantir a aprendizagem, ainda compromete a auto-estima da criança e promove a desigualdade social;

Podemos indagar: se acabasse a reprovação, estariam resolvidas as mazelas da educação brasileira? Não, mas pelo menos poderíamos localizar os problemas onde de fato eles estão e não canalizar para a punição do aluno, como se ele fosse o único responsável (VASCONCELLOS, 1998, p. 97).

Este tema também preocupa outros autores, como a pesquisadora Esteban. (2001, p. 40) Em seu livro *A avaliação no cotidiano escolar*, afirma que “a reflexão sobre a avaliação só tem sentido se estiver atravessada pela reflexão sobre a produção do fracasso/sucesso escolar no processo de inclusão/exclusão social”. Sendo assim, parece-nos que este é o caminho para buscarmos medidas sérias e conscientes para os altos índices de reprovação das escolas públicas.

É preciso estar atento aos prejuízos que a reprovação ou a aprovação sem os requisitos mínimos de conhecimento pode causar na vida do aluno. Não queremos de forma alguma colocar em cheque a capacidade de avaliação dos professores, mas queremos sim refletir sobre a forma de avaliação que vem sendo realizada nas escolas. Antecipadamente podemos afirmar que a reprovação não representa a solução para o baixo índice de aprendizagem. Acreditamos que, se conseguirmos mudar o foco da avaliação para o processo de ensino e aprendizagem, poderemos

fazer uso da mesma para detectar onde está havendo falha na aprendizagem, mudar nossos procedimentos e intervirmos com tempo para que o aluno aprenda.

Para o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Sergei Suarez Dillon Soares:

A repetência afeta a auto-estima das crianças, além de ser uma das principais causas do baixo rendimento e da evasão escolar.

Essas crianças, discriminadas e desmotivadas, aprendem menos ainda quando repetem a mesma série e acabam por abandonar a escola, mesmo quando gostam de freqüentá-la, pela convivência com outras crianças da mesma idade (SOARES, 2007, p. 06).

Diante do exposto e da realidade, vivida na escola Municipal Maria Julia – Palmas/TO sobre a reprovação. Apresentamos a equipe gestora um projeto de intervenção para esta escola, que atende cerca de 1200 alunos e em 2007 apresentou índice de reprovação de aproximadamente 45%, e no primeiro bimestre de 2008 o índice chegou a mais de 70%. Diante disso propomos: repensar a prática avaliativa e realizar uma revisão do conceito de avaliação dos educadores lotados na instituição. Este repensar se daria através de cursos de formação sobre o tema com o objetivo acabar com a reprovação na cabeça dos educadores, de forma consciente e participativa. Acreditamos estar no caminho certo, pois o autor Vasconcellos nos ajuda a entender que:

A primeira tarefa não pode ser simplesmente eliminar a reprovação legalmente, mas lutar para que os professores se comprometam com a aprendizagem efetiva de todos. Depois a, a lei poderia ser mudada com tranquilidade, sem traumatismo (VASCONCELLOS, 1998, p. 114).

Ao repensar ou adotar outra concepção de avaliação, teremos como conseqüência a melhoria

dos índices de aprendizagem; além de elevarmos a estatística de nossos alunos aprovados, poderemos gradativamente colocar um fim no processo de reprovação dentro da escola com a participação de todos os envolvidos.

O projeto proposto foi dividido em duas etapas. A primeira consistiu numa parada para repensarmos o processo e a proposta de avaliação contida no PPP da escola. Na segunda, a realização de um curso a ser solicitado a SEMEC. Isto se faz necessário ao percebermos que os professores apresentam diversas dificuldades com os instrumentos de avaliação e direcionamento de seu foco, e também, porque não existe um modelo padrão de avaliação no Município de Palmas, já que os instrumentos são muitos a serem usados se faz necessário que um maior entendimento das concepções de avaliação.

Acreditávamos que as práticas avaliativas adotadas pela escola poderiam vir a ser uma das causas dos resultados negativos, pois segundo Esteban:

Nosso século se ocupou especialmente da medida educacional, ressaltando seus traços de objetividade, viabilidade, validade, eficácia e neutralidade, representados pela preocupação de construir provas estandardizadas capazes de revelar cientificamente os interesses, atitudes, desenvolvimento, progresso, rendimento e inteligência dos estudantes. Esta avaliação se apóia essencialmente no estabelecimento de um padrão que serve como termo de comparação, diferenciação, classificação e exclusão (ESTEBAN, 2001, p. 101-102).

A autora nos remete a uma realidade vivenciada por nós na escola, pois durante o projeto foi possível constatar que existe um grande afunilamento na questão do número de aluno por série, uma vez que nas séries finais do segundo segmento temos e torno de 35% dos

alunos matriculados no primeiro ano/série deste mesmo segmento. Esta situação nos remete ao fato de que a escola não está cumprindo com o seu papel de servir como instrumento de inclusão de saberes.

Um dos fatores detectados neste acompanhamento do processo de avaliação do cotidiano escolar foi a dificuldade que os alunos e professores estão enfrentando com as mudanças ocorridas no contexto escolar. O aumento do número de vagas e de alunos por sala de aula, às mudanças na organização familiar e o pouco investimento em educação, são alguns dos fatores que contribuem para que os resultados não sejam os desejados dentro das escolas.

Acreditamos que uma reflexão mais ampla sobre avaliação se faz necessária e urgente. Para isso é preciso considerar que todo processo de mudança é complexo, mexe com a segurança dos sujeitos. Se quisermos desencadear a mudança, precisamos cuidar de fortalecer o professor, sobretudo por estarmos alterando a avaliação que historicamente tornou-se seu grande ponto de apoio para a administração do cotidiano da sala de aula. Sobre isso o pesquisador Sergei Soares nos alerta:

A ameaça de não passar de ano é argumento terrorista utilizado pelos professores dos países que não investem na qualificação dos seus profissionais de ensino fundamental e, por isso, eles desconhecem metodologias modernas, que adotam princípios lúdicos ou baseados no prazer do aprendizado e do conhecimento (SOARES, 2007, p. 05)

Por isso é importante lembrar que não é só a visão do professor que deve mudar, mas a visão de toda a escola. Só assim poderemos superar esta lógica de reprovação como solução dos problemas de déficit de aprendizagem.

Considerações Finais

Percebemos que existe uma necessidade

premente de mudar o foco de avaliação e torná-la uma aliada no processo de aprendizagem. Da forma, como vem sendo praticada (para verificação e classificação) constitui-se somente num mecanismo para aprovar ou reprovar, selecionando os mais “capacitados”. A discussão sobre avaliação não mais pode ser adiada e deve envolver todos os profissionais da educação. Ela precisa fazer sentido para o professor e o aluno. Não devendo ser usada como ferramenta de exclusão, mas de instrumento para incluir no conhecimento. Este é um convite não só aos professores, mas também as instâncias superiores de educação para que outros rumos sejam tomados e outras luzes sejam vislumbradas no horizonte das escolas e da vida de cada um de nós.

Referências

- ESTEBAN, Maria Tereza. (org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- _____. **O que sabe quem erra?** Reflexão sobre avaliação e fracasso escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- GRACINDO, et al. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**. MEC/SAEB, 2004.
- SOARES, Sergei Suarez Dillon. In: **Revista Desafios**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea: 26/10/2007
- VASCONCELLLOS, Celso dos S. **Avaliação da Aprendizagem: Práticas de mudança**. São Paulo: Libertad, 2000.
- _____. **Superação da lógica classificatória e excludente da avaliação**. São Paulo: Libertad, 1998.